

Série *Didáticos*



Vania Maria Cury

**HISTÓRIA DA
INDUSTRIALIZAÇÃO
NO SÉCULO XIX**

EDITORA UFRJ
RIO DE JANEIRO
2006

O desenvolvimento industrial da Alemanha, 1870-1914

| Uma industrialização capitalista ou não?

É indiscutível o fato de que as primeiras experiências de industrialização aconteceram na Europa Ocidental, a partir das décadas finais do século XVIII. Assim como também é inquestionável o fato de que a Revolução Industrial se caracterizou, *stricto sensu*, pela aceleração das mudanças nas técnicas e nos métodos de produção, numa escala sem precedentes históricos. Um exame mais detalhado dessas experiências, contudo, revela que o desenvolvimento das modernas sociedades industriais foi um fenômeno muito mais complexo e variado do que possam sugerir a simples enumeração de suas etapas e a rápida avaliação de seus resultados. Ainda que seja possível estabelecer algumas conclusões genéricas sobre a industrialização, é justamente nas análises comparadas, baseadas nos diversos casos nacionais, que se pode obter uma visão mais completa acerca da diversidade dos modelos históricos existentes.

Um ponto de partida aqui assumido, portanto, é o reconhecimento de que, apesar de os países europeus terem chegado, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a um estágio de desenvolvimento econômico bastante semelhante, eles o fizeram por caminhos muito diferentes. Isso equivale a dizer que, ao privilegiar a perspectiva his-

tórica, não serão consideradas, neste trabalho, as “diversas fases do crescimento econômico” como um esquema rígido de seqüências que todos os países devem seguir em seu processo de desenvolvimento. Ao contrário, será definida, para a experiência nacional alemã, por exemplo, uma periodização específica, capaz de demarcar as várias etapas de sua evolução, numa perspectiva claramente individualizada. Nesse caminho, serão observados os diferentes impulsos, orientações e mecanismos políticos e sociais que foram modelando o seu extraordinário e rápido crescimento, ao longo do século XIX.

Uma das principais características da formação das modernas sociedades industriais européias, e que merece especial atenção no caso da Alemanha, foi a sua ocorrência em um ambiente histórico fortemente marcado pela articulação de um “setor tradicional” (agrário, aristocrático, conservador) com um “setor moderno” (industrial, urbano, liberal) em ascensão. O peso relativo de um e de outro, nas várias etapas do desenvolvimento econômico do país, no século XIX, é um dos aspectos mais distintivos do processo de modernização que se instaurou no continente europeu, e que particularizou a experiência ali realizada em relação aos Estados Unidos, por exemplo, outro caso histórico excepcional de expansão acelerada da industrialização capitalista. As sociedades européias, nas quais se instalou tal dinâmica de transformação industrial, eram, assim, formações sociais complexas, cujos rumos eram determinados não apenas pelo “setor moderno” em expansão, mas também, pelo “setor tradicional”, que permanecia bastante atuante e cujas pretensões políticas e ideológicas estavam longe de se esgotar.

O caso da Alemanha, neste sentido, é exemplar. O fato de que seu processo de industrialização tenha se acelerado após a unificação política, concluída em 1871, necessariamente impõe a análise da natureza política do Império Alemão. Em especial porque a participação do Estado no planejamento do desenvolvimento nacional foi verdadeiramente singular. Apoiado numa longa tradição de in-

tervencionismo governamental, o Estado alemão atuou firmemente em todos os segmentos articulados ao crescimento econômico, desde a implantação de uma rede ferroviária eficiente, passando pela formulação de políticas de incentivo industrial, até o esforço realizado para dotar o país de centros educacionais de excelência, em todos os níveis.

Dentre as várias medidas tomadas em prol do desenvolvimento econômico, aquelas concernentes à educação proporcionaram alguns dos resultados mais duradouros. Os cuidados com a educação primária e secundária, por exemplo, não se limitavam ao ensino técnico e científico, visando à formação de mão-de-obra qualificada para a arrancada industrial, mas também, e de maneira enfática, revelavam uma séria preocupação governamental com a moral e a ética, fundamentos da cidadania. A formação de cidadãos disciplinados e educados, nas escolas públicas, estava profundamente vinculada à criação da capacidade de discernimento, nos indivíduos, entre o “bom caminho” do modelo prussiano de Estado e sociedade, que foi implantado com a unificação, e os “desvios” pregados pelas doutrinas da socialdemocracia, que começavam a se expandir na mesma época.

A onipresença do Estado alemão, ao longo do processo de desenvolvimento, contudo, não deve servir para obscurecer o fato de que a iniciativa privada jamais deixou de crescer, durante o período histórico aqui analisado. Não é necessário fazer a opção pelo “ou isto ou aquilo”, no caso de avaliar a participação dos esforços públicos e privados na industrialização da Alemanha, como se uns tivessem de se expandir à custa dos outros. O que se observou foi uma grande parceria, sendo que o Estado, de um modo geral, não pretendeu se opor à iniciativa privada, mas exerceu uma ação complementar àquela dos grupos capitalistas, dos quais foi um interlocutor constante e aberto. O interessante a perceber é que aqueles grupos que conduziam os destinos políticos do país – com forte presença da

aristocracia prussiana – tinham idéias próprias acerca do desenvolvimento econômico sob o capitalismo, e pretendiam escolher, dentre as suas diversas conseqüências, aquelas que mais lhes agradavam. Manifestações claras do liberalismo, sobretudo em suas versões políticas, não eram bem-vindas em território alemão, assim como eram repudiadas, oficialmente, as doutrinas e práticas dos vários modelos de socialismo em expansão na Europa.

O que os governantes alemães pretenderam demonstrar, durante o período de vigência do Império Alemão (1871-1914), foi que as vantagens do capitalismo – entre as quais se destacava, sobretudo, a industrialização – poderiam juntar-se aos valores morais de uma elite política apegada a determinados princípios e crenças que recusavam boa parte dos projetos da “modernidade”. A própria história, no entanto, se encarregaria de julgar equivocada a avaliação que fizeram quanto à realização dessa possibilidade, ao fim do conflito mundial de 1914-1918.

Uma segunda característica da formação das modernas sociedades industriais européias que merece destaque refere-se às condições socioeconômicas em que tal processo de transformação se desenvolveu. Comumente avaliada pelos índices de crescimento acelerado, pelo surgimento do sistema fabril, pela passagem dos recursos da agricultura para a indústria e pelo rápido impulso da urbanização, a industrialização dos países europeus teve um traço básico em seu caráter – ela nasceu *capitalista*. No sentido de estabelecer critérios claros a esse respeito, convém registrar uma definição precisa acerca da economia alemã:

A maior parte das decisões estratégicas sobre a alocação dos fatores de produção era tomada por empresários privados, que utilizavam o lucro e a acumulação de capital como medidas principais de suas ações. Eles administravam propriedades privadas que se conectavam entre

si através dos mecanismos de mercado. O trabalho assalariado, em base contratual, predominava largamente, sendo que as tensões e conflitos entre capital e trabalho moldavam inúmeros aspectos da sociedade alemã.

(Kocka, 1981, p. 454)

Tomando como básicas as características do capitalismo referidas acima, pode-se argumentar que o processo de industrialização da Alemanha enquadrou-se, perfeitamente, dentro desse modelo. O que ele teve de particular, sem dúvida, foi a definição de um caminho próprio para chegar a uma sociedade capitalista madura e forte. Uma de suas mais importantes questões foi a decisiva participação do Estado no projeto de desenvolvimento do país, como já observado; outra de suas peculiaridades foi a intensa participação dos bancos no financiamento do seu crescimento industrial. Tais particularidades, no entanto, embora muito distintivas, não significaram a eliminação dos traços básicos do capitalismo enumerados na citação acima. Portanto, a industrialização da Alemanha, entre 1871 e 1914, pode ser considerada, sim, como parte integrante do processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo na Europa.

O fato de que as grandes indústrias da Alemanha tenham configurado verdadeiros “impérios”, sobretudo a partir de 1890, não deve deixar esquecer que os processos de concentração industrial não foram um traço específico do capitalismo alemão. Todas as economias capitalistas passaram por experiências semelhantes de concentração do capital, em maior ou em menor escala, mais cedo ou mais tarde. O que distinguiu o caso alemão das demais economias capitalistas avançadas foi o seu pioneirismo no estabelecimento de cartéis – acordos firmados entre empresas de um mesmo ramo de atividade –, cuja finalidade principal é manter os preços, limitando a concorrência e dividindo os mercados. Na verdade, a baixa de preços de longa duração, que marcou o período histórico de 1873 a 1896, contribuiu diretamente para o movimento inicial de cartelização

da indústria alemã, assim como para sua rápida associação com o capital bancário.

A ligação entre os bancos e as indústrias foi um dos traços mais marcantes do modelo alemão de industrialização, revelando a presença do capital bancário em todas as fases de expansão dos investimentos industriais. O que havia começado como característica de uma economia fracamente desenvolvida, na qual os capitais são menos abundantes, persistiu como traço específico de toda sua evolução. Por sua presença marcante no crescimento industrial do país, fosse comercializando ações das empresas, fosse financiando diretamente operações de investimento, os bancos alemães obtiveram assento nos conselhos administrativos de quase todas as grandes firmas: só o Deutsche Bank estava representado, em 1913, nos conselhos de 186 sociedades por ações registradas na Alemanha (Asselain, 1991, p. 131). Tal participação servia para intensificar ainda mais a ligação entre bancos e indústrias, pois o assento nos conselhos de administração das empresas diminuía os riscos e facilitava o controle, pelo capital bancário, sobre suas vastas operações de crédito e financiamento, as quais cobriam boa parte da economia alemã.

Apesar das dimensões cada vez maiores das grandes firmas alemãs, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a estrutura industrial do país ainda era uma unidade complexa de empresas e setores, novos e tradicionais, grandes e pequenos, que se integravam ao mercado de maneiras distintas. As empresas de maior porte, embora continuassem minoritárias no conjunto, aumentavam significativamente os seus poderes, à medida que controlavam os principais campos da inovação tecnológica, da organização industrial, da administração científica e das estratégias de vendas (*marketing*). Por outro lado, algumas atividades produtivas importantes continuavam em mãos de empresas de pequeno e médio portes (tecidos, cervejas, alimentos), o que lhes dava, em 1914, um peso ainda relativamente forte na configuração industrial alemã.

A Alemanha atravessou, assim, a virada do século XIX para o século XX com todos os traços característicos de uma economia capitalista avançada, embora guardando particularidades próprias, feições únicas que expressavam sua singularidade. Como resultado de seu crescimento econômico acelerado, podia equiparar-se às grandes potências da época em termos dos principais indicadores econômicos, tendo se destacado, ainda, nas atividades produtivas ligadas às novas indústrias – como a química e a eletricidade. Suas exportações também cresceram (cerca de 5% ao ano, entre 1910 e 1913), acompanhando o desenvolvimento global da economia, em especial para mercados tecnicamente exigentes, como os das outras economias industrializadas. Em 1913, a Alemanha já possuía a segunda marinha mercante do mundo, ficando atrás apenas da Grã-Bretanha, a potência marítima mais poderosa do Planeta. No entanto, a aventura militar desastrosa, na qual o país se precipitou com a Primeira Guerra Mundial, trouxe conseqüências muito graves, que quase anularam grande parte do sucesso econômico alcançado com décadas de crescimento contínuo e acelerado.

| *O peso dos antecedentes históricos*

Associado ao triunfo da burguesia, o nascimento do capitalismo foi retratado na historiografia ocidental como ponto culminante de um longo processo de evolução, no qual o *moderno* rompeu o domínio do *antigo*, construindo sobre os escombros das sociedades tradicionais a “era da modernidade”. A tese central do assim chamado “paradigma burguês” foi a de que a vitória do capitalismo como sistema dominante resultou de revoluções burguesas bem-sucedidas, comandadas por uma burguesia que detinha o controle sobre uma economia em ascensão e desejava deslocar do poder político uma aristocracia feudal estabelecida, porém decadente. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo ficou associado a um processo histórico no qual a cidade substituiu o campo, a indústria substituiu

a agricultura, e a democracia liberal substituiu a monarquia e a hierarquia feudais.

Descobrir qual das experiências históricas de formação do capitalismo poderia se encaixar à perfeição nesse modelo é um enorme desafio. Sobretudo no continente europeu, onde o moderno e o antigo se entrelaçaram tão profundamente, nas origens e na evolução subsequente do capitalismo, essa tarefa se torna ainda mais difícil. O procedimento mais adequado, para se tentar uma análise mais histórica e menos teórica do desenvolvimento capitalista no século XIX, seria romper com as tradições do “paradigma burguês”, libertando as buscas do limite aprisionador de uma associação estreita e definitiva entre triunfo burguês e capitalismo.

Tomando o exemplo da Alemanha, não parece difícil afirmar que esse país passou por um rápido e intenso processo de industrialização, nas décadas finais do século XIX, e que as bases de sua transformação socioeconômica enquadraram-se nas características elementares do capitalismo como modo de produção. O fato é que, mesmo tendo se convertido na maior potência industrial da Europa, com sólida base produtiva e comercial, a Alemanha jamais passou por qualquer espécie de revolução burguesa triunfal. Ainda assim, seu processo de desenvolvimento econômico, altamente qualificado em termos tecnológicos e científicos, dinâmico, inovador, prosseguiu a passos largos, a ponto de distanciá-la de seus principais competidores europeus.

Uma das peculiaridades resultantes do modelo de desenvolvimento adotado na Alemanha é a de que sua história econômica não pode ser separada da política de poder. Seu processo de industrialização deve ser interpretado como uma peça essencial do projeto político da classe dominante que pretendia se perpetuar no poder. A influência e a pressão exercidas sobre a Alemanha pelas mudanças que ocorriam em outros países da Europa – sobretudo França e Grã-Bretanha – conduziram a aristocracia (em maior grau, a elite

prussiana) para a formulação de um programa de modernização econômica do país, em que as estruturas sociais consolidadas, em especial as estruturas de dominação, precisavam ser preservadas. Por um lado, tornara-se evidente que o prestígio internacional da Grã-Bretanha era tributário da força de suas indústrias. O progresso material associado ao crescimento industrial já havia sido convertido em senso comum por toda a Europa. Por outro lado, os levantes camponeses e liberal-burgueses, que sacudiram a França no final do século XVIII e produziram uma revolução, serviram como advertência aos antigos regimes da Europa, sobre o perigo das transformações operadas a partir da base. Uma transição gradual, cujas diretrizes eram definidas a partir de cima, ou seja, pelos grupos politicamente dominantes, foi o modelo adotado na Alemanha.

E havia ainda Napoleão Bonaparte. A heterogeneidade dos vários Estados da Confederação Germânica revelou-se um ponto fraco no confronto com a França unificada e expansionista sob o comando de Napoleão. As reformas napoleônicas, sobretudo no campo da educação pública, da legislação comercial, da burocracia governamental e das liberdades civis, deixariam marcas em toda a Europa Central, e seriam mantidas após a derrota de Waterloo (1815) e o fim do expansionismo francês. A liderança da Prússia, militarmente considerada o Estado germânico mais forte, foi acentuada durante a luta contra o domínio da França e tornou-se ainda mais decisiva para consolidar seu poder como força integradora dentro da Confederação. Na disputa contra a Áustria, a Prússia progressivamente demonstrou seu vigor como potência hegemônica disposta a impor sua liderança sobre o conjunto territorial e político que viria a constituir a Alemanha.

Em 1871, após a vitória na guerra contra a França, a Prússia estava em condições de estabelecer sua hegemonia sobre os demais Estados da Confederação Germânica e conduziu, sem qualquer resistência grave, o projeto de unificação que levou à formação do Império

Alemão. Paralelamente, a defesa de uma posição internacional de prestígio para a Alemanha, principalmente nos quadros do equilíbrio político da Europa, tornava a industrialização ainda mais imperiosa, do ponto de vista da aristocracia prussiana. Todas as medidas importantes no sentido de dotar o país de força econômica e poderio militar foram tomadas por um governo aristocrático e autoritário. Para os governantes alemães, o progresso industrial era um instrumento básico da política de poder que visava à perpetuação das hierarquias sociais que lhes davam sustentação.

Certamente, como observado anteriormente, isso não equivale a dizer que a iniciativa privada fosse inexistente ou insuficiente. Quer dizer apenas que ela atuou nos limites previamente definidos por um projeto político sobre o qual tinha pouca influência. Mas sua ação empresarial propriamente dita foi fundamental. Uma certa tradição na organização de empreendimentos comerciais e manufatureiros podia ser identificada na Alemanha, décadas antes da unificação política formal. O fato é que a industrialização acelerada, posterior a 1871, não partiu do zero: a ampla difusão de atividades produtivas pelo território facilitou bastante a integração dos negócios, e produziu uma resposta imediata e firme, quando as oportunidades se mostraram mais constantes e abertas. Um ambiente político e ideológico marcado pelo nacionalismo e pelo protecionismo havia de contribuir também, de modo decisivo, para a expansão ainda mais acelerada das empresas capitalistas modernas no país.

Até 1871, o desenvolvimento econômico da Alemanha foi relativamente lento e gradual. Algumas áreas industriais, resultantes da combinação de circunstâncias favoráveis ao seu aparecimento, já se destacavam no panorama vastamente agrícola e artesanal que predominava sem que, contudo, se observasse qualquer ligação entre elas. Era o caso da Renânia-Vestfália, por exemplo, situada no lado ocidental do território, onde se desenvolvera, desde meados do século XIX, um importante setor da indústria pesada. A abundância de

carvão foi fortemente estimulante para esse crescimento, logo acelerado pela construção de ferrovias, a partir de 1850. Em contrapartida, o relativo atraso daquela região em termos de indústrias de consumo deveu-se ao fato de que as estruturas agrárias tradicionais foram mantidas por mais tempo, limitando o mercado consumidor e a oferta de mão-de-obra para aquelas atividades.

Na Saxônia, na parte mais central do território, ao contrário, as pré-condições para o crescimento industrial foram dadas por mudanças significativas na estrutura da propriedade camponesa, liberando recursos e força de trabalho para atividades artesanais, que serviram de estímulo para a implantação do sistema fabril. Desde 1628, estava em vigor, naquela região, o direito sucessório que impedia a divisão por herança do patrimônio agrário (inclusive as terras dos camponeses). Nessas condições de limitação do acesso à propriedade agrária, a população rural excedente teve de encontrar outras fontes de sobrevivência, dentre as quais se destacava o trabalho artesanal doméstico, em especial na produção têxtil. O aumento populacional que vinha ocorrendo desde o século XVII perdurou até o século XIX, graças à diversificação das atividades produtivas e a um intenso processo de mudanças na agricultura, que incluíram o cultivo de plantas forrageiras, a estabulação do gado e a fertilização artificial dos solos (Fisher, 1981, p. 226).

Ambas as formas, cada qual a seu modo, criaram as bases para a futura arrancada em direção ao desenvolvimento auto-sustentado da Alemanha, amplamente assentada sobre o crescimento industrial. A integração das diversas regiões industriais do país viria a ser feita tanto pelas estradas de ferro quanto por uma política econômica voltada para o fortalecimento do mercado interno e para uma rápida exploração de seus abundantes recursos naturais. É importante sublinhar aqui, à luz dos breves exemplos citados acima, que o governo da Alemanha unificada não partiu simplesmente do nada. Na verdade, seu programa de industrialização acelerada fincou raízes em

bases bastante sólidas, nas quais um progresso lento, porém firme, já vinha ocorrendo há muitas décadas.

Outro aspecto fundamental do desenvolvimento econômico alemão no século XIX foi a União Aduaneira, implementada a partir de 1834. Antecedendo a unificação política e lhe servindo de ponto de partida, a integração do mercado interno iniciada com a eliminação das barreiras alfandegárias locais foi muito importante para a dinamização das trocas e a circulação de mercadorias e pessoas. Sem dúvida, a intensificação da construção ferroviária, após 1850, deu um significado muito mais amplo à integração do mercado interno germânico. Entre outras razões, o controle estatal sobre as ferrovias da Alemanha deveu-se à necessidade de garantir um sistema de tarifas unificado, que permitisse o amplo uso da malha ferroviária, sem os transtornos causados por preços diferenciados no transporte de cargas e passageiros.

A maior integração econômica propiciada pela união aduaneira e pela construção de ferrovias teve como uma de suas contrapartidas mais importantes a eliminação dos severos particularismos, que tão intensamente haviam marcado a história alemã, devido à duradoura fragmentação territorial e política da região. Mercados mais próximos e maior circulação de bens e pessoas logo provocaram mudanças nas bases da produção manufatureira tradicional, que era apoiada nas guildas (corporações de produtores e comerciantes) e no artesanato caseiro difuso nas aldeias camponesas. A perda de competitividade pela produção realizada nas guildas, frente à concorrência de produtos industriais, acabou forçando a eliminação legal de seus privilégios e, aos poucos, acarretou seu próprio desaparecimento.

Largamente apoiadas na repetição de métodos tradicionais de produção, em que as inovações tecnológicas e as economias de escala eram praticamente inexistentes, as guildas representaram um obstáculo de peso para a mudança nas formas de organização da produ-

ção manufatureira. David Landes (1994) encarou a supressão dos privilégios monopolistas das guildas alemãs como o ponto de partida para a expansão dos empreendimentos industriais em grande escala. A eliminação das barreiras institucionais à liberdade de iniciativa foi, em sua opinião, um dos principais fatores determinantes do progresso industrial da Europa.

Por outro lado, muitas transformações que vinham sendo realizadas na agricultura também contribuíram significativamente para a expansão da economia alemã. Embora progressos expressivos só pudessem ser observados após 1860, um longo processo de emancipação do campesinato, intensificado a partir de 1848, sob o impacto dos "ventos do liberalismo", colaborou bastante para modificar o panorama da agricultura germânica, sobretudo no sentido de forçá-la a uma rápida e acentuada modernização, que incluía a mecanização e a introdução de novos cultivos. Muito embora a condição social do campesinato variasse, de acordo com a região, o fato é que o século XIX registrou sua mais completa emancipação frente às condições de servidão. As sucessivas reformas, realizadas muitas vezes pela própria nobreza em suas terras, acabaram consolidando uma estrutura agrária em que coexistiam pequenos proprietários livres e um proletariado rural relativamente numeroso.

Ao mesmo tempo, a reforma agrária, tal qual foi feita, conservou uma grande parte das terras cultiváveis nas mãos da aristocracia, sobretudo no leste do país. A necessidade de manter o campesinato em condições de fornecer excedentes e também força de trabalho para o exército perpetuou a aristocracia no comando dessas transformações, mas forçou uma série de concessões que resultaram na abolição de todas as formas legais de servidão. Problemas como a escassez de mão-de-obra, decorrentes da emigração de trabalhadores rurais (para as cidades e para o exterior), só se tornariam de fato graves a partir de 1870, com a aceleração do processo de industrialização do país.

Em termos gerais, pode-se afirmar que, entre 1870 e 1914, a Alemanha foi o país europeu que mais cresceu economicamente, devendo grande parte desse sucesso a um expressivo desempenho de suas indústrias. Um dos aspectos que mais impressionam no exame desse processo histórico é que, até 1870 aproximadamente, a Confederação Germânica representava uma aliança política formal de Estados independentes, contando com alguns setores modernos em sua economia, mas basicamente dependentes da agricultura e da manufatura, com pequena participação no comércio internacional. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, ela já era um império unificado, com o maior poderio industrial e militar da Europa, atrás apenas dos Estados Unidos no cenário mundial. Ao mesmo tempo, estava em condições de desafiar as demais potências européias, inclusive em atividades nas quais não tinha nenhuma tradição, como investimentos ultramarinos, fretes marítimos e fornecimento de produtos industriais para mercados estrangeiros.

Tendo realizado seu processo de desenvolvimento econômico sem o concurso de uma revolução burguesa triunfante, como foi observado no início, a experiência alemã fornece um dos melhores exemplos históricos da diversidade de caminhos para a construção do capitalismo. Sem anular a iniciativa privada, o Estado alemão conseguiu dirigir a modernização econômica do país para os campos específicos de seu interesse político, chegando a 1914 em condições plenas de grande potência, capaz de reivindicar posições internacionais mais “adequadas” às suas indisfarçáveis pretensões hegemônicas sobre o continente europeu.

| *O desenvolvimento industrial alemão, 1870-1914*

Na Alemanha, a mais bem-sucedida economia da Europa (pelo menos até a reunificação), uma industrialização rápida e ampla, com um tipo de concentração de capital e forças produtivas que a Grã-Bretanha jamais al-

cançou, foi realizada, no século XIX, sob os auspícios de um antigo regime, uma monarquia imperial, uma espécie de absolutismo burocrático e uma burguesia subordinada. Aquele mesmo regime foi o introdutor de medidas de bem-estar social e de um avançado sistema de seguridade social, saúde pública e relações industriais. E foi capaz de fazer tudo isso não porque a Alemanha fosse mais “moderna”, democrática ou liberal do que a Grã-Bretanha e a França, nem porque a sua burguesia fosse mais madura e independente, mas porque o Estado era forte e a burguesia era fraca, dependente da aliança com a monarquia imperial e a velha aristocracia dominante.

(Wood, 1991, p. 168)

Um dos aspectos mais importantes da história econômica da Alemanha diz respeito ao papel desempenhado pelo protecionismo, em seu rápido crescimento industrial. Para fins de uma análise mais completa dessa questão, é conveniente avaliar a situação geral em que se encontrava a economia alemã, no início da década de 1870, e determinar de que forma aquela conjuntura especial favoreceu uma virada em direção ao protecionismo na política econômica adotada pelo governo.

As pesadas indenizações impostas à França, por ocasião da derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), levaram a que, num curto período de tempo, entrasse na Alemanha uma enorme quantidade de capitais, aproximadamente 6 milhões de francos, o que provocou um grande *boom* especulativo. Os Estados federais tiveram seus cofres inflados, pela entrada desses recursos, e começaram a pagar velhas dívidas públicas. Isso permitiu que uma soma significativa de dinheiro fosse revertida em favor do setor privado que, de imediato, reinvestiu os montantes recebidos principalmente na construção de ferrovias e na criação de novas indústrias. Os dados a seguir indicam o aumento extraordinário de fundações de empresas, a partir dessa data, na região da Prússia:

Quadro 2.1. | Número de empresas na Prússia, segundo a data de fundação

Ano	Número de empresas
1790-1867	2 ou 3
1867-1870	18
1870 (após 11 de julho)	34
1871	259
1872	504

Fonte: Pollard e Holmes, 1977, p. 250-253.

A onda especulativa aumentou ainda mais porque o Estado permitiu que, a partir de 1872, entrassem em circulação novas moedas de ouro, sem que as moedas antigas, no valor correspondente, fossem recolhidas. Isso causou uma elevação geral dos preços e a conseqüente desvalorização da moeda, o que provocou a retirada de grandes quantidades de capital do país. Tal situação agravou-se ainda mais com a propagação da crise de 1873, marcada pela queda generalizada de preços e pela retração das atividades comerciais e de investimentos em todo o mercado mundial.

Na Alemanha, os anos posteriores a 1873 foram tempos de profunda depressão econômica e contração dos negócios. A superprodução havida nos anos anteriores tinha gerado estoques suficientes para suprir a demanda durante vários anos seguidos. O estágio em que se encontrava a indústria alemã, naquele momento, portanto, tendia a refletir a necessidade de uma elevação das tarifas alfandegárias e o conseqüente aumento da proteção aos produtos de fabricação nacional, com o objetivo de incentivar os investimentos e recuperar a economia do país. Além disso, os defensores da elevação das tarifas argumentavam que, num período de crise econômica generalizada como aquele, as barreiras tarifárias eram extremamente necessárias de modo a evitar que o excesso de produção dos outros países fosse exportado para a Alemanha e agravasse ainda mais a situação.

A adoção do protecionismo como medida de política econômica foi tema de intenso debate, no Parlamento, principalmente entre protecionistas e liberais, ao longo de toda a década de 1870. Já nos meados desse período, podia-se observar uma leve vantagem dos protecionistas, que acabaram ganhando um aliado de peso, na figura do próprio chanceler Bismarck, o qual admitiu publicamente sua convicção de que o sistema tarifário alemão precisava de urgente reforma. Entretanto, essa reformulação, assim como o desejado aumento da proteção tarifária, só seriam realizados após uma cuidadosa investigação em todos os ramos industriais.

Em 1878, Bismarck lançou sua proposta de reforma tarifária, com previsão de criar uma tarifa geral de importações, da qual só estariam isentos aqueles produtos que não fossem produzidos na Alemanha ou que fossem produzidos internamente em quantidade e/ou qualidade insuficientes. A idéia de aplicar a tarifa a todos os tipos de produtos cumpria também o objetivo de evitar qualquer forma de privilégio: todos os produtos, e não apenas alguns, teriam vantagens no mercado interno em relação aos similares estrangeiros. A introdução definitiva do novo sistema tarifário na Alemanha ocorreu em 2 de maio de 1879, com discurso de Bismarck no Parlamento, em defesa dos princípios protecionistas e nacionalistas ali definidos:

Não pretendo discutir protecionismo e livre-comércio de maneira abstrata (...). Nós temos aberto as portas do nosso Estado para as importações de países estrangeiros e nos transformamos na válvula de escape para a superprodução de todos esses países. A Alemanha está sendo afundada pelo excesso de produção das nações estrangeiras, os preços têm estado em depressão e o desenvolvimento de todas as nossas indústrias e toda a nossa posição econômica, em conseqüência, têm sofrido. Se o perigo do protecionismo fosse tão expressivo, como nos dizem

os entusiastas do livre-comércio, a França estaria empobrecida há muito tempo, já que ela possui proteção desde o tempo de Colbert, e já estaria arruinada, de acordo com as teorias que vêm guiando sua política econômica.

O corpo teórico da ciência abstrata não me influencia em nada. Baseio minha opinião na experiência prática do tempo que estamos vivendo. Vejo que os países que possuem proteção estão prosperando, e aqueles que praticam o livre-comércio estão decaindo. A respeitosa Inglaterra, esse competidor poderoso, colocou-se à frente do mercado aberto, depois que já tinha se fortalecido, e disse: "Quem irá me enfrentar? Estou preparada para enfrentar qualquer um!". Mas vejo que a própria Inglaterra já está vagarosamente retornando para o protecionismo e, dentro de poucos anos, lançará mão desse recurso com o objetivo de guardar para si, no mínimo, o mercado interno.

(Discurso no Reichstag, 2 de maio de 1879.
In: Pollard e Holmes, 1977, p. 195-196)

É importante ressaltar aqui que a Alemanha já possuía um sistema tarifário em vigor, quando foram propostas essas novas medidas de cunho protecionista. O que ocorreu de fato, em 1879, foi a elevação de determinadas alíquotas e a introdução de novas taxas, para produtos até então desprotegidos. Também é necessário destacar que a crise econômica de 1873-1896 e seus desdobramentos tiveram uma influência significativa nos rumos tomados pela política econômica alemã, quando o livre-comércio e o liberalismo econômico foram definitivamente postos de lado.¹

¹ Eric Hobsbawm iluminou assim o quadro geral de instabilidade e crise que marcou o período histórico de 1873 a 1896: "O período 1873-1896 é conhecido pelos historiadores da economia, que o têm debatido com mais ardor que a qualquer outra fase da conjuntura econômica do século XIX, como a 'Grande Depressão'. A denominação é falaz. No que concerne à classe trabalhadora, não se pode comparar o período com os cataclismos das décadas de 1830 e 1840, ou de 1920 e 1930. Mas se

A reforma pela qual a Alemanha passava, no entanto, não se limitava apenas à adoção do protecionismo alfandegário, incluindo também o ajuste fiscal, que propunha a redução da carga de impostos diretos e o aumento da taxaço indireta. Isso porque, nas palavras do próprio Bismarck, os impostos diretos haviam-se tornado "economicamente injustificáveis", pois penalizavam sobremaneira o cidadão comum. Esse aspecto pode significar um primeiro indício de que o Estado alemão estava disposto a reforçar sua tradição paternalista, com o objetivo de conter a insatisfação popular e o crescimento do movimento socialista. Mais adiante, serão debatidos outros impactos dessas medidas governamentais.

Ao mesmo tempo, é preciso argumentar que as mudanças propostas nas tarifas alfandegárias e nos impostos internos também se enquadravam na ampla necessidade de aumentar a receita governamental, visto que o Estado desempenhava um importante papel no conjunto da economia alemã, controlando diretamente alguns de seus segmentos mais expressivos. Por outro lado, deve-se ter em mente que foi sob o amparo das tarifas protecionistas que a indústria

com a palavra 'depressão', pretendemos designar um estado de espírito generalizado (e novo, para as gerações posteriores a 1850) de intranquilidade e temor quanto às perspectivas da economia britânica, nesse caso o termo é correto. Após seu progresso triunfal, a economia estagnava" (Hobsbawm, 1978, p. 117). Embora viesse a alterar de modo dramático a posição da economia britânica no cenário internacional, a Grande Depressão não pode ser compreendida em termos exclusivamente britânicos: ela representou uma queda de custos generalizada, tanto na indústria quanto na agricultura, que viria a provocar impactos profundos e duradouros no patamar dos preços, que "tomou a forma daquela espetacular deflação de vinte anos, que reduziu o nível dos preços em cerca de um terço e era a isso que os homens de negócios se referiam quando falavam de uma depressão persistente" (ibid., p. 118). Embora sofrendo de modo marcante essas transformações do mercado mundial, a Grã-Bretanha pareceu aferrar-se, ainda por um bom tempo, aos princípios do livre-comércio. A concorrência das outras potências industriais, contudo, acabaria por impor-lhe uma saída mais convencional para a perda de sua condição de economia mais desenvolvida do mundo – o imperialismo. Ou seja, "a conquista econômica (e cada vez mais política) de áreas do mundo até então inexploradas" (ibid., p. 119).

alemã cresceu, de modo acelerado, nas últimas décadas do século XIX, ultrapassando a Grã-Bretanha em atividades fundamentais da produção industrial, como carvão, ferro e aço.

| Indústria pesada e cartelização

O rápido crescimento industrial da Alemanha, entre 1870 e 1914, deveu-se, principalmente, à indústria pesada – carvão, ferro e aço. Um procedimento adequado para avaliar esse crescimento vertiginoso é a comparação do desempenho alemão nessas indústrias com o da Grã-Bretanha, uma vez que os indicadores britânicos refletem, até 1870, os dados de uma economia industrial avançada e madura, de fato, a “oficina mecânica do mundo”. Em 1880, por exemplo, a Grã-Bretanha produzia 150% mais carvão e 160% mais minério de ferro do que a Alemanha. Cerca de trinta anos depois, ou seja, mais exatamente em 1909, a Alemanha já produzia 20% a mais de carvão, enquanto a vantagem dos britânicos na produção de ferro havia sido reduzida de 160% para 60% acima do nível da produção alemã (Pollard e Holmes, 1977, p. 76-77).

Os dados relativos à exportação de carvão, em 1909, também permitem uma constatação importante. O fato de a Grã-Bretanha exportar 60 milhões de toneladas de carvão por ano, enquanto a Alemanha exportava somente cerca de 10 milhões de toneladas, indica que o consumo interno de carvão no país era muito maior do que o da sua principal concorrente. O que torna essa diferença ainda mais expressiva, em favor dos alemães, é o fato de que na Grã-Bretanha o carvão era bastante consumido no uso doméstico, ao passo que, na Alemanha, os fogões a lenha ainda eram os mais comumente utilizados. Assim, pode-se afirmar que o carvão alemão era muito mais amplamente empregado para fins industriais, o que indica que o país estava passando por um período de grande crescimento de suas indústrias (ibid.).

Quadro 2.2. | Comparação entre o consumo interno de carvão na Grã-Bretanha e na Alemanha

Grã-Bretanha (1880)	Alemanha (1909)
Consumo de carvão maior do que o alemão em 72 milhões de toneladas	Consumo de carvão maior do que o britânico em 8 milhões de toneladas
Consumo de ferro maior do que o alemão em 3.500 mil toneladas	Consumo de ferro maior do que o britânico em 3.800 mil toneladas

Fonte: Pollard e Holmes, 1977, p. 76-77.

O significado especial dessas informações a respeito dos níveis de produção e consumo de carvão e ferro está em mostrar o rápido crescimento experimentado pela indústria alemã, nas últimas décadas do século XIX e começos do século XX. Após 1879, o ano da virada em direção ao protecionismo, o consumo de carvão quadruplicou e o consumo de ferro quintuplicou, na Alemanha. A potência das máquinas a vapor utilizadas na indústria também aumentou consideravelmente nesse período, fornecendo mais uma evidência da expansão acelerada da produção pela qual o país passava:

Como a maioria das indústrias baseia-se no uso de carvão, ferro e vapor, a importância das indústrias e o progresso de um país podem ser melhor mensurados através do consumo nacional de carvão e ferro e pela potência das máquinas a vapor.

(Ellis Baker, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 76-77)

A cidade de Düsseldorf, uma das mais importantes da Alemanha imperial, fornece um bom exemplo do progresso industrial e da relevância da indústria pesada nesse processo. Nela ocorreu a instalação de usinas produtoras de caldeiras industriais, além de diversas outras empresas que fabricavam todo tipo de máquinas e motores. Uma curiosidade a respeito da produção de Düsseldorf é a de que a maior parte dos equipamentos produzidos na cidade era exportada

para a Grã-Bretanha. O número de trabalhadores assalariados empregados na indústria cresceu, nessa cidade, em vinte anos, de 18.671, em 1875, para 53.580, em 1895 (Pollard e Holmes, 1977, p. 81-82).

Para tornar completo o processo de análise da evolução da indústria pesada alemã, é fundamental examinar a cartelização ocorrida no setor, tendo em vista que esta é uma das características mais marcantes da industrialização da Alemanha. A crise de 1873-1896, com seus períodos de depressão prolongada, contribuiu muito para incentivar a formação de cartéis.² Em grande parte, porque se buscou, com isso, eliminar os perigos da competição devastadora, através dos acordos de preços, ao mesmo tempo em que o controle da produção era feito com o objetivo de evitar a superprodução, uma das circunstâncias mais temidas pelos homens de negócios da época.

A disposição da iniciativa privada alemã para formar cartéis generalizou-se nas duas últimas décadas do século XIX. "Filhos de tempos difíceis", os cartéis possuíam como objetivo imediato a criação de um nível de preços monopolista, favorável aos seus membros, mas não excluía a perspectiva de longo prazo de alcançar um equilíbrio entre a oferta e a procura. Daí sua evolução para formas de controle da produção e, em última instância, para a cartelização dos processos subsequentes de fabricação dos produtos. Tendo surgido primeiro em certos ramos da produção de matérias-primas, como o carvão, o ferro e o potássio, esses acordos de preço e de produção acabaram por condicionar, de forma significativa, a formação

² Uma descrição sintética do cartel pode ser assim: "O cartel típico tem uma comissão central com a incumbência de fixar preços e quotas de produção, com poder de punir os violadores com multas ou outras sanções. A independência dos membros pode ser limitada ainda mais pela centralização das compras e vendas num único agente, interrompendo, com isso, a relação direta entre as firmas individuais e os seus clientes, e dando mesmo à comissão central o poder de fechar fábricas ineficientes e distribuir os lucros totais segundo uma forma preestabelecida. Quando esta última medida é tomada, o cartel se aproxima muito, sob vários aspectos, da simples fusão" (Sweezy, 1976, p. 294).

de preços nas demais atividades industriais, forçando processos de integração vertical (da exploração das matérias-primas até a venda do produto final) mais rápidos no país.

O alto grau de desenvolvimento tecnológico que se observava na Alemanha também contribuía para acelerar o processo de concentração do capital, aumentando consideravelmente a escala de produção das firmas industriais. Dessa forma, a combinação de aumento da escala com cartelização, nos principais ramos produtivos do país, levou à configuração de uma estrutura industrial em que os setores de ponta produziram uma integração econômica mais global, que dava ao empresariado, de modo geral, maior capacidade de influir no equilíbrio do conjunto.

| *O papel dos bancos*

Uma das particularidades do sistema bancário alemão residia no fato de que os bancos se constituíram, maciçamente, como bancos de crédito, atuando de forma intensa no financiamento da atividade industrial. Inicialmente, contudo, os créditos concedidos eram de curto prazo: pelos estatutos do Reichsbank, por exemplo, que foi criado em 1875 e que passou a ser o principal banco da Alemanha, só eram realizados empréstimos com prazo máximo de quitação de três meses. O financiamento da produção industrial e a concessão de empréstimos de longo prazo somente se transformaram em práticas freqüentes, com o passar do tempo, à medida que as relações entre bancos e indústrias foram se tornando mais estreitas.

Esse progressivo aumento da interação entre bancos e indústrias, na economia alemã, pode ser observado na composição do conselho supervisor das instituições industriais e bancárias: mais cedo ou mais tarde, ocorria a nomeação de membros da diretoria dos bancos para o conselho administrativo das empresas industriais, ao passo que, ocasionalmente, alguns "capitães da indústria" também eram indicados para participar do conselho dos bancos. A presença de

diretores industriais na administração bancária tendia a ser mais rara, no entanto. O fato mais significativo dessa interação estava mesmo na presença, cada vez mais assídua, dos banqueiros (ou de seus representantes) nas estruturas de comando das grandes empresas industriais, na Alemanha.

A participação dos bancos na atividade industrial não estava limitada à posse de ações, como ocorreu em outros países capitalistas. O objetivo de supervisionar o emprego dos capitais fornecidos por meio do crédito levou o setor bancário alemão a procurar influir, de modo decisivo, na gestão das grandes empresas industriais. O fato de que, através do financiamento, tivessem de assumir altos riscos estimulou os banqueiros a tentar resguardar o interesse dos bancos, por meio de sua atuação no corpo de diretores das corporações industriais. Assim, acreditavam, era possível supervisionar o emprego sistemático do crédito fornecido às empresas, de modo a torná-lo eficiente e lucrativo.

Os bancos também tiveram importância decisiva para o processo de concentração industrial, sobretudo no que diz respeito à integração vertical. Primeiro, a tendência da combinação de espalhar-se de um estágio da produção para outro, como aconteceu na indústria do ferro e do aço, era explicada pela necessidade de garantir o fornecimento de matérias-primas e reduzir os custos de aquisição desses materiais. Tal processo teria sido inviável sem a participação do financiamento bancário. Assim, a associação entre bancos e indústrias tornou-se maior, à medida que evoluía esse processo:

Razões técnicas e econômicas foram as causas que, em primeira instância, levaram à combinação nas indústrias de ferro e aço, particularmente durante os últimos anos, e esses mesmos fatores tendem cada vez mais a criar grandes empreendimentos consolidados, combinando a produção de matérias-primas com a fabricação de artigos semi-acabados e manufaturados. Esse desenvol-

vimento não teria sido possível como um todo, ou iria encontrar grandes obstáculos, sem uma organização correspondente dos mercados de capital e de crédito, ou seja, sem bancos fortes capazes de desenvolver as operações financeiras necessárias.

(Robert Franz, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 121-122)

O Diskonto Gesellschaft, por exemplo, incentivou e financiou o processo de concentração realizado na mineração, garantindo grande volume de créditos e participando, temporariamente, em atividades correlatas que seriam combinadas posteriormente. Durante o estágio inicial desse desenvolvimento, em que as novas minas eram absorvidas pela companhia líder – Gelsenkirchen –, o banco assumiu os riscos da atividade. Esse tipo de apoio revelara-se fundamental em fases de expansão acelerada, quando os processos de integração tinham de ser muito rápidos, ao mesmo tempo em que os investimentos necessários tornavam-se bastante elevados.

É interessante observar que o controle assumido pelos bancos sobre as indústrias, e que foi um fator determinante para o processo de concentração no setor, ocorreu, até certo ponto, de forma involuntária. Inicialmente, percebia-se até mesmo certa relutância por parte dos banqueiros em investir capital na atividade industrial emergente. O quadro só começou a mudar, de modo significativo, quando as empresas produtoras começaram a enfrentar dificuldades financeiras e tornaram-se praticamente dependentes do socorro bancário. A partir daí, a associação de interesses entre bancos e indústrias tornou-se indispensável.

Foi principalmente entre 1873 e 1901 que os bancos ampliaram seu controle sobre as indústrias, na Alemanha, aumentando, conseqüentemente, sua participação em termos de investimentos de capital. As épocas de crise marcaram também maior concentração na própria atividade bancária, uma vez que os bancos menores não conseguiram sobreviver às sucessivas crises econômicas e foram ab-

sorvidos pelos bancos maiores. Isso mostra que a forte tendência para a concentração do capital nos períodos de maior instabilidade não era válida somente para o setor industrial, mas também se intensificava no setor bancário e financeiro:

Assim como a crise de 1873, a de 1901 também levou a uma extensão do nível de influência dos grandes bancos, pois muitos bancos provinciais que começavam a enfrentar dificuldades estavam sendo absorvidos pelos grandes bancos de Berlim. Estes sobreviveram às crises em condições muito melhores do que as dos bancos pequenos.

(Henri Hauser, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 122-123)

| *A participação do Estado*

Um dos aspectos mais marcantes e singulares da experiência alemã de industrialização foi o alcance da participação do Estado. Como já foi observado, em algumas passagens anteriores, o crescimento industrial da Alemanha, no período histórico aqui analisado, foi grandemente tributário das iniciativas do setor privado. O empresário alemão, quer no setor bancário quer no setor industrial propriamente dito, gozou de amplas liberdades de associação e de organização, dirigindo os seus próprios negócios a partir dos objetivos básicos de acumulação do capital (lucro). Mas, diferentemente de outras experiências registradas na história econômica, o caso alemão contou com a firme adesão do setor público, no estabelecimento de diretrizes políticas e no controle efetivo de diversos segmentos da atividade produtiva.

Um dos principais pontos nos quais o Estado teve participação decisiva foi no comando do sistema ferroviário alemão. Já no final da década de 1870, as ferrovias foram nacionalizadas,³ pois o go-

³ "Nacionalização. Transferência de uma empresa de propriedade particular para a propriedade ou o controle do Estado. (...) São inúmeras as razões que justificam a na-

verno acreditava que o estabelecimento arbitrário de tarifas pela iniciativa privada poderia entrar o desenvolvimento de algumas regiões do país. Tomando para si o controle da rede ferroviária, o Estado acreditou estar garantindo as condições básicas para um crescimento econômico equilibrado de todas as regiões do território recentemente unificado em termos políticos. Ao mesmo tempo, por razões estratégicas até certo ponto óbvias, a coordenação da principal rede de comunicações e transportes da Alemanha era uma atribuição do governo alemão, que a reivindicava para si em caráter exclusivo.

Numa das mais claras demonstrações dessa concepção do governo alemão quanto à sua responsabilidade de dirigir o sistema ferroviário, o chanceler Bismarck escreveu uma carta à Câmara Alta do Parlamento Alemão, no início de 1879, na qual revelou o significado de suas preocupações:

A regulação de fretes nas ferrovias, que são vias públicas, é de grande importância para os interesses econômicos da nação, e ninguém pode ser prejudicado ou artificialmente limitado no uso dos caminhos de ferro. O governo não poderá mais se abster de promover o interesse público, através da criação das condições necessárias exigidas pelas indústrias nacionais. (...) as taxas ferroviárias não podem ser fixadas somente em função da obtenção dos maiores lucros possíveis. O Estado não pode consi-

cionalização de empresas particulares pelo Estado: para garantir a eficiência produtiva de uma empresa em dificuldades financeiras; para conter crises setoriais, por questão de segurança nacional, no sentido de evitar a expansão do capital estrangeiro no país; para assegurar recursos ao Estado; para proporcionar melhor atendimento ao público, quando se trata de empresas de serviços, ou ainda no caso de empreendimentos que não apresentam um rendimento imediato aos empresários privados. Os setores mais atingidos pela nacionalização são os de serviços (saúde, educação, comunicações, transportes, bancos), nos casos de países altamente desenvolvidos, enquanto nos países subdesenvolvidos as nacionalizações têm ocorrido nos setores básicos da economia (siderurgia, mineração, extração petrolífera)" (Sandroni, 1994, p. 237).

derar somente o interesse dos acionistas, na determinação dos fretes ferroviários, mas deve também observar que o bem-estar da população em geral também é desenvolvido e promovido, e assim a vitalidade da nação será aumentada. (...) não se pode permitir que as ferrovias, através de tarifas fixadas arbitrariamente, desenvolvam indústrias em algumas regiões e obstruam ou destruam outras indústrias nas demais regiões do país.

(Pollard e Holmes, 1977, p. 128-129)

O Estado alemão manteve também estreitas relações com a indústria bélica, já que esse era considerado um segmento estratégico. O incentivo estatal à produção armamentista assumiu, principalmente, a forma de empréstimos, sempre que foram necessários recursos para socorrer empresas produtoras em apuros. No entanto, a modalidade mais significativa de apoio do Estado aos empreendimentos da indústria armamentista foi sua constante preferência pela aquisição de material bélico dentro do próprio país. As forças armadas germânicas compravam seus equipamentos e demais suprimentos de empresas alemãs solidamente instaladas em seu território, dentre as quais sempre se destacou a firma Krupp. A Primeira Guerra Mundial, por sua vez, se encarregaria de tornar ainda mais próximas as relações entre o governo e as empresas da indústria bélica e correlata, aproximando os interesses do Estado dos interesses de determinados grupos econômicos que poderiam lucrar (e de fato o fizeram), em grande escala, com o conflito:

O Programa Hindenberg (assim denominado em homenagem a um célebre general do exército) e a Lei de Serviços Auxiliares, ambos aprovados em 1916, significaram dois momentos de virada. Eles foram criados para maximizar a produção de guerra, sem preocupação com os custos. Não se fixaram limites para os lucros de guerra. Contando com a presença de industriais eminentes nos conselhos técnico e consultivo, um novo gabinete de

guerra foi criado para mobilizar força de trabalho e recursos, e para centralizar os suprimentos militares. A Lei de Serviços Auxiliares também serviu para mobilizar a maior parte dos trabalhadores civis, em benefício da produção voltada para a guerra, e autorizou o Estado a fechar pequenas firmas de modo a transferir força de trabalho para atividades de mais alta prioridade.

(Fear, 1999, p. 153)

Outros aspectos marcantes da atuação do Estado alemão em benefício do desenvolvimento econômico do país, no século XIX, foram aqueles relacionados à adoção de políticas protecionistas em defesa da indústria, já examinados antes, e à implantação de medidas de bem-estar social, para atender certas reivindicações das camadas populares, que serão abordados mais adiante. Embora não fosse um caso isolado, tendo em vista a existência de outras experiências semelhantes observadas ao longo da história, a Alemanha acabou se transformando num exemplo clássico de desenvolvimento econômico francamente apoiado na identificação de interesses entre as elites governamentais emergentes e os empresários capitalistas.

| *As novas indústrias: química e elétrica*

É na indústria elétrica que a Alemanha tem realizado seus maiores progressos, como um dos resultados diretos, sem dúvida nenhuma, das suas excelentes escolas técnicas. (...) as escolas técnicas e os laboratórios das universidades devem ser vistos como a pedra angular do progresso industrial da nação, e de toda a fundação de sua supremacia na indústria química.

(E. D. Howard, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 79)

Na análise do processo de industrialização da Alemanha, não se pode deixar de dar atenção especial aos novos tipos de atividade que estavam despontando, em especial a química e a eletricidade.

O sucesso alemão nesses empreendimentos deveu-se em boa parte à existência de centros de excelência no ensino técnico e científico, e aqui deve ser notado o esforço realizado pelo Estado com o intuito de criar um sistema educacional que servisse também ao progresso mais geral do país. A iniciativa governamental, no sentido de dotar a sociedade com instituições voltadas para o ensino científico, teve início antes mesmo do processo de unificação política. O primeiro laboratório químico, por exemplo, foi fundado em 1827, na Universidade de Giessen, fato que inspirou outros governantes dos vários Estados da Confederação Germânica a criarem mais escolas também destinadas à pesquisa científica.

As grandes escolas técnicas alemãs cumpriram um importante papel, ao atender às demandas pela pesquisa científica criadas pelas indústrias em ascensão, mas não se pode deixar de observar o significado crescente das universidades, cuja ampliação em número e em importância acompanhou o aumento na procura por profissionais formados nesses centros acadêmicos. Com a intensificação do processo de desenvolvimento econômico, tornou-se patente a expansão das carreiras ligadas às ciências exatas, em relação àquelas vinculadas às ciências humanas.

Quadro 2.3. | Distribuição dos cursos nas universidades alemãs, segundo as décadas (1841-1881)

Anos	Número de Universidades	Números de Língua e História (%)	Números de Ciências e Matemática (%)
1841	13	86,4	13,6
1851	12	80,1	19,9
1861	15	82,1	17,9
1871	19	76,8	23,2
1881	20	62,9	37,1

Fonte: Pollard e Holmes, 1977, p. 466.

Ao contrário das escolas técnicas, o grande segredo das universidades alemãs residia no fato de desenvolverem a pesquisa e buscarem o conhecimento científico de forma descompromissada, isto é, não buscavam uma utilidade imediata para o que estudavam. Tal característica era responsável pelo elevado padrão da pesquisa científica realizada nos ambientes universitários, promovendo uma série de descobertas que, posteriormente, eram aplicadas a fins práticos. Além disso, os cidadãos eram educados no sentido de seguir e aceitar o modelo de sociedade criado pela unificação política, cujos líderes haviam colocado a rápida modernização da economia do país como um de seus mais elevados objetivos:

Todos os anos, milhares de jovens deixam as universidades alemãs treinados cientificamente e formados para distinguir entre o verdadeiro e o falso nas coisas. Esse é o exército através do qual a Alemanha está conquistando os mercados mundiais. Como químicos, engenheiros, empresários, esses homens aplicam o conhecimento científico aos negócios práticos, e possuem uma capacidade que lhes permite aproveitar todos os avanços realizados na ciência, transformando-os em vantagem prática.

(Board of Education, Special Reports on Educational Subjects.

Citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 469-470)

Em fins do século XIX, a Alemanha já havia se tornado a primeira nação do mundo no setor químico. Além da mão-de-obra qualificada, o país possuía, ainda, abundante reserva de matérias-primas — como enxofre, sal, calcário e carvão —, sendo este último utilizado para o aquecimento e para a obtenção de energia. Essas condições tinham contribuído para garantir-lhe o acesso às principais vantagens pertinentes ao setor, adquirindo sólida dianteira em diversas atividades e produtos.

Entre os produtos que mereceram destaque na indústria química alemã estavam justamente as tintas derivadas do alcatrão. Até 1860, as tintas eram orgânicas e a Alemanha dependia de importações,

que custavam anualmente ao país cerca de 50 milhões de marcos. Na virada para o século XX, as importações haviam cessado, praticamente, enquanto as exportações de tintas inorgânicas já somavam perto de 100 milhões de marcos. Nessa ocasião, o país era responsável por quatro quintos de toda a produção mundial de tintas. A mesma coisa aconteceu com o índigo, corante amplamente utilizado na fabricação de tecidos, grandemente importado pelos alemães. A partir de 1897, com a descoberta de um método eficaz para a produção de índigo em laboratório, a Alemanha passou da condição de país importador para grande exportador do produto.

A Bayer estava entre as firmas que mais se destacavam no setor químico, dedicando-se, principalmente, à produção em larga escala de tintas inorgânicas, embora tenha ingressado também na fabricação de produtos farmacêuticos e fotográficos, desde o começo do século XX. Como empreendimento de grande porte, a empresa impressionava muito os visitantes que a conheceram, num quadro econômico geral, na própria Europa, em que ainda predominavam amplamente as estruturas produtivas de pequena e média dimensões:

As atividades em Leverkusen cobrem uma área de 448 acres e existe um grande espaço na vizinhança, que permitirá uma futura expansão da fábrica e a criação de uma vila para os trabalhadores e demais empregados da firma. As atividades da Bayer em Leverkusen constituem certamente um dos mais organizados empreendimentos químicos do mundo. Cerca de 3.500 pessoas estão ali empregadas e as atividades são de tal gigantismo que este número parece se perder, para um visitante que está conhecendo a empresa.

(Harold Baron, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 87)

A Bayer possuía também seu próprio laboratório de pesquisa, dotado de boa infra-estrutura, e pagava um salário relativamente alto aos pesquisadores e químicos da empresa. O primeiro ano de

contrato era considerado um período de testes e, caso o trabalho desses profissionais agradasse à empresa, eles podiam ser contratados por tempo indeterminado, recebendo um pagamento de acordo com suas capacidades e habilidades específicas. Por ocasião das patentes de novos produtos, uma remuneração extra costumava ser paga aos empregados, o que lhes dava incentivo para novos empenhos e mais trabalho.

De fato, as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores eram vitais para as empresas, sobretudo no setor químico. Entre elas, destacava-se a Badische Anilin und Soda Fabrik, que fornece um bom exemplo dessa relação, pois empregava cem químicos cientificamente treinados e mais trinta engenheiros de formação qualificada. A busca de conhecimento para benefício das suas atividades produtivas, contudo, não se restringiu à simples contratação de profissionais bem formados, mas foi além:

Os homens que têm a direção técnica dos processos e dos laboratórios foram treinados nas escolas técnicas, e têm capacidade para fazer uso prático das últimas conquistas da ciência. O sistema para utilização das novas descobertas científicas é quase perfeito; além de manter seus próprios laboratórios e equipes de pesquisadores, muitos dos grandes empreendimentos químicos pagam gratificações aos professores das universidades, para que eles atuem como conselheiros técnicos e para que concordem em proporcionar à companhia os benefícios trazidos por qualquer descoberta científica feita por eles.

(E. D. Howard, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 468)

Os profissionais mais qualificados e destacados também sofriam um rígido controle por parte da direção das empresas, com o objetivo de evitar a difusão das informações para as firmas competidoras. Na maior parte dos principais estabelecimentos da indústria química alemã, a prática consistia em manter os pesquisadores restritos aos

seus próprios departamentos, não permitindo nem mesmo seu contato com empregados de outras seções. Esse controle excessivo era decorrente, em parte, dos altos investimentos realizados no setor e, também, das possibilidades competitivas existentes num segmento ainda em formação.

O sucesso dos alemães na indústria química, por sua vez, estimulou o investimento em novas pesquisas no campo da eletricidade e o desenvolvimento complementar do ensino prático de física. No entanto, no início da década de 1880, a indústria elétrica encontrava-se ainda na sua fase inicial de expansão, de modo que a eletricidade era empregada apenas no telégrafo e o número de empregados do setor era bastante reduzido. A partir dessa data, porém, a atividade foi ganhando relevância e, em 1895, já contava com cerca de 15 mil trabalhadores, saltando esse número para 50 mil, no ano de 1907.

O setor elétrico contribuiu significativamente para o crescimento da economia alemã, entre 1896 e 1900 de forma acelerada, e por muitas décadas depois. Sua posição no mercado mundial de produtos elétricos só era inferior à dos Estados Unidos, principal competidor. O destaque alemão ficava por conta da Allgemeine Elektrizitätsgesellschaft (AED), a empresa mais importante do setor, que possuía três grandes fábricas no país e empregava um montante de 17 mil trabalhadores. A AED ainda possuía várias usinas geradoras de energia em quase todo o continente europeu, abrindo filiais até mesmo na América do Sul (Argentina e Chile).

O principal campo de atuação da indústria elétrica alemã centrava-se na construção de linhas de bonde nas áreas urbanas, o que se explica pelo mais amplo processo de urbanização que ocorria paralelamente à industrialização. Em 1902, mais de cem cidades na Alemanha contavam com esse tipo de serviço. Além disso, quase 90% de todas as linhas de bonde existentes na Europa, com exceção daquelas da Grã-Bretanha, foram construídas por empresas alemãs. Por outro lado, as exportações de componentes elétricos, em geral,

tinham como seu principal destino o mercado britânico: em 1903, cerca de 25% desses produtos tiveram essa destinação.

| As empresas de pequeno e médio portes

Uma das características mais marcantes do capitalismo europeu, após a segunda metade do século XIX, era a existência de grandes empresas, lado a lado com firmas variadas de pequeno e médio portes. Um capitalismo dominado por corporações gigantescas, no qual predominavam a concentração e a centralização dos capitais, aparecia apenas como tendência, naquele período histórico. Na Alemanha, não foi diferente:

Essa ampla categoria de pequenas e médias empresas era o próprio coração do capitalismo germânico. Era e continua sendo um conjunto bastante heterogêneo – uma mistura de várias atividades artesanais, pequeno comércio especializado, pequenas e médias firmas industriais, negócios agrícolas, além de pequenos e médios atacadistas e varejistas.

(Fear, 1999, p. 147)

As instituições que pertenciam aos quadros do pequeno e médio negócio, na Alemanha, eram normalmente identificadas, de modo profundo, com as suas regiões de origem e possuíam fortes vínculos com a propriedade familiar e a orientação local ou regional de seus empreendimentos. Muito de sua história tinha a ver com sua lenta e desigual integração na economia nacional e/ou internacional. As câmaras de comércio regionais tiveram papel bastante importante, ao iniciar e apoiar mudanças gradativas nesses empreendimentos, que não poderiam ter sido assumidas isoladamente por pequenos negócios. Mas, ainda assim, sua participação no conjunto da economia esteve sempre ameaçada pela emergência de novos competidores, mais organizados e dispostos a ocupar todos os espaços.

Além disso, apesar de sua enorme significação econômica, os pequenos e médios empreendimentos, tradicionais na história alemã, experimentaram uma insatisfação cada vez maior, diante do crescimento extraordinário dos grandes negócios e das corporações modernas. Tendiam a fazer oposição aos cartéis e seus regimes de preços e cotas de produção, e também aos especuladores dos setores financeiro e imobiliário. E contavam com a adesão incondicional dos pequenos lojistas, que se sentiam ameaçados pela chegada das lojas de departamentos e das grandes redes de varejo. A ansiedade econômica e os ressentimentos acumulados por esses grupos seriam, anos mais tarde, amplamente estimulados pelo Partido Nazista.

No caso da Alemanha, a coexistência de firmas grandes e pequenas pode ser ilustrada pelo exemplo da indústria têxtil que, além de empreendimentos de alto porte, contava também com formas de produção doméstica e manufatureira. O seu desenvolvimento ocorreu de modos diferentes, nas três principais regiões que concentravam a fabricação de tecidos no país. Na Renânia, especialmente nas cidades de München-Gladbach e Rheydt, a expansão foi inicialmente motivada pela experiência dos habitantes na tecelagem de linho. A partir de 1850, a indústria entrou numa nova etapa de crescimento, na qual os métodos tradicionais começaram a ser substituídos pela mecanização:

A mecanização na tecelagem somente começou a prevalecer nos anos 1850, quando foram fundados vários grandes estabelecimentos utilizando a energia a vapor. Com poucas interrupções, a indústria do distrito floresceu a partir dessa época. Hoje [1913], com seus 50 mil trabalhadores, é uma das áreas têxteis mais importantes do continente.

(R. M. Dehn, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 81)

Além disso, merece destaque o fato de que, em pleno ano de 1913, observava-se o florescimento de uma indústria de confecção local

de caráter doméstico, que transformava os tecidos produzidos nas fábricas em peças de vestuário com tamanhos padronizados, e que funcionava como uma fonte de receita adicional para grande número das famílias da região. Ao longo da evolução do capitalismo têm sido recorrentes essas fases em que ocorre uma retomada, nem que seja temporária, de formas tradicionais de organização da produção, que se coadunam com formas avançadas em diversos segmentos de atividade.

Em contraste com a região da Renânia, a indústria têxtil da Vestfália iniciou o seu desenvolvimento somente após a Guerra Franco-Prussiana, em 1870-1871. Os seus dois principais centros eram Rheyne e Gronau, onde a tecnologia empregada na produção era quase inteiramente importada da Grã-Bretanha. Já na região central do país, que compreende as áreas da Baixa Silésia, a Saxônia e o nordeste da Bavária, a tecelagem era a única fonte de renda para os habitantes, pois o solo da região não era muito propício para a agricultura. Essa era a parte do território alemão que registrava os menores salários pagos no país. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, essas modalidades de produção doméstica estavam restritas às montanhas, pois, onde as ferrovias conseguiram penetrar, houve profundas modificações. A progressiva organização da classe trabalhadora e o próprio crescimento econômico da região já vinham contribuindo, de modo sensível, para elevar o padrão de vida da população.

Como última consideração a respeito da indústria têxtil, deve-se dizer que esse foi um dos poucos segmentos em que a Alemanha permaneceu em desvantagem, em relação à Grã-Bretanha, durante todo o período histórico analisado neste trabalho. A superioridade dos tecidos de algodão produzidos nas fábricas do Reino Unido era incontestável, sobretudo nos mercados das áreas ultramarinas, onde haviam consolidado sua presença desde o final do século XVIII.

| *A expansão do comércio e das cidades*

O crescimento industrial acelerado da Alemanha, nas décadas finais do século XIX, teve como uma de suas contrapartidas mais imediatas um aumento das exportações e uma conseqüente elevação do seu comércio exterior. Pelos dados do quadro abaixo, pode ser observado o crescimento das exportações alemãs para o mercado britânico, pioneiro na produção e na comercialização de bens industriais:

Quadro 2.4. | Exportações da indústria alemã para a Grã-Bretanha (valores em libras-esterlinas), em 1895

Produtos	Valor
Tecidos de linho	91.257
Tecidos de algodão	536.471
Bordado e costura	11.309
Luvas de couro	27.934
Tecidos de lã	1.016.694
Brinquedos	459.944
Livros	37.218
Papel	586.835
Instrumentos musicais	563.018
Porcelana e objetos de barro	216.876
Quadros, fotografias, gravuras	111.825

Fonte: Pollard e Holmes, 1977, p. 210-211.

Quando ao valor total das exportações da Alemanha para a Grã-Bretanha em uma década, constata-se que houve um crescimento de cerca de 30%: em 1883, correspondia a 16.629.900 libras, e em 1893 já atingia a cifra de 21.632.614 libras (Pollard e Holmes, 1977, p. 210-211). Os números revelam um aumento de importância bastante significativo do comércio exterior alemão, o que ocorreu paralelamente a um rápido desenvolvimento industrial. Um

fator particular, nesse caso, deu especial realce a todo esse processo: o papel dos viajantes comerciais que trabalhavam para firmas alemãs no exterior. A atividade desses indivíduos consistia basicamente em divulgar e vender no estrangeiro os produtos das empresas que representavam, devendo se destacar o empenho com que se lançavam nessas tarefas. Muitas vezes, conseguiam representar firmas estrangeiras, de modo que os novos produtos criados em outros países eram levados para a Alemanha, copiados e depois colocados à venda:

Ele traz para sua tarefa mercantil um ardor patriótico, e como a negligência de seus competidores estrangeiros em geral lhe permite ser, ao mesmo tempo, o representante de uma firma americana ou francesa, tem todas as oportunidades de oferecer, ao lado da mercadoria importada, o artigo alemão similar, de estudar o produto estrangeiro e vê-lo copiado por uma indústria alemã.

(Henri Hauser, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 208)

Os viajantes comerciais dominavam também os idiomas dos países onde atuavam, tendo assim enorme facilidade de negociar com os clientes. Tinham ainda um bom conhecimento do produto e dos métodos de produção, pois eram, em geral, pessoas formadas por uma escola técnica ou treinadas na própria fábrica. Assim, todo tipo de reclamação dos consumidores era anotado e transmitido à empresa, juntamente com as sugestões quanto às alterações que deveriam ou poderiam ser feitas no produto para satisfazer os compradores. Um caso especial foi o dos viajantes comerciais que representavam indústrias de equipamentos e motores elétricos e que, além da venda, ficavam também encarregados de fornecer assistência técnica aos usuários de seus produtos no exterior:

Se ele representa uma firma de construtores mecânicos, uma indústria elétrica ou de motores, ele é um engenheiro, capaz de colocar a máquina em movimento, de efetuar correções necessárias nos equipamentos e de ins-

truir os engenheiros locais, uma condição primordial de sucesso sobretudo em áreas como a América do Sul, ou mesmo a Espanha e a Rússia, tradicionalmente dependentes em termos de tecnologia e desenvolvimento. Isso evitava que muitos compradores ficassem desanimados, porque haviam pago muito caro por uma máquina formidável que, devido a um pequeno detalhe que desconheciam, recusava-se a funcionar.

(Henri Hauser, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 210)

Basicamente, os viajantes comerciais alemães diferiam dos similares estrangeiros porque não esperavam pelos pedidos, tomando a iniciativa de oferecer os produtos aos compradores. Além disso, vendidos diretamente aos consumidores, os produtos alemães ficavam freqüentemente mais baratos, pois não havia, nessas transações, a figura de um intermediário. Isso explica a avalanche de produtos alemães que tomou conta dos mercados de vários países europeus, na virada para o século XX. O fato é que, importando da Alemanha, os estrangeiros podiam, muitas vezes, usufruir o consumo de bens mais baratos e de melhor qualidade.

Outro aspecto dessas extraordinárias transformações da sociedade alemã foi o florescimento das grandes cidades. Durante as três últimas décadas do século XIX, quase todo o crescimento populacional da Alemanha foi adicionado às cidades, num total de 24 milhões de pessoas. Esse número é significativo, sobretudo quando comparado a outros países, em parte porque a Alemanha assumiu, progressivamente, a partir de 1870, a condição de país europeu com a maior taxa de crescimento populacional. Isso aconteceu apesar de a taxa de natalidade anual alemã ser menor do que a de outras nações, como a Rússia, a Áustria e a Hungria. Esse dado pode estar relacionado à baixa taxa de mortalidade correspondente.

Na realidade, o próprio crescimento populacional acelerado, combinado com o progresso industrial, também rápido e dinâmico, forçou a transformação da paisagem e a construção dos grandes

centros urbanos alemães. As cidades surgiram, portanto, da necessidade de construir uma infra-estrutura básica, capaz de acomodar o proletariado industrial em crescente expansão. A cidade de Essen, por exemplo, foi criada a partir do agrupamento das vilas de trabalhadores construídas para abrigar os empregados da empresa Krupp: "A cidade é um produto do século XIX; é um produto direto do vapor, da eletricidade e dos transportes. A vida civilizada tornou-se urbana e, em grande medida, metropolitana" (F. C. Howe, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 283).

Ao observar os dados abaixo pode-se concluir, a respeito do crescimento das cidades na Alemanha, que foi a partir das últimas décadas do século XIX que se deu o aparecimento dos grandes centros urbanos, que marcariam a evolução de todo o país, ao longo do século XX. Isso pode ser observado tanto no número de habitantes quanto no crescimento médio anual, durante o período considerado.

Quadro 2.5. | Crescimento médio anual das cidades na Alemanha

Cidades	População em número de habitantes			Crescimento médio anual (%)	
	1800	1850	1890	1800-1850	1850-1890
Berlim	173.400	378.200	1.578.800	9,08	7,94
Hamburgo	120.000	205.000	711.900	5,48	6,18
Leipzig	32.100	62.400	357.100	1,2	11,8
Munique	40.600	109.500	350.600	8,5	5,5

Fonte: Pollard e Holmes, 1977, p. 284.

Podem-se ainda citar os vários dados do censo de 1910, em relação ao crescimento das cidades. Segundo as informações colhidas, naquela ocasião, havia 33 cidades na Alemanha cujas populações somadas excediam 12 milhões pessoas (20% da população total do país), enquanto a porcentagem da população urbana chegava a 49%

do número total de habitantes. Comparando-se esses dados com os do ano de 1871, verifica-se que apenas 25% da população vivia nos centros urbanos com mais de 5 mil habitantes, naquela época, ao mesmo tempo em que havia apenas 9 cidades com uma população de mais de cem mil pessoas. Em 1910, revelando extraordinário aumento, esse número de grandes cidades havia chegado a um total de 47, na Alemanha. A população estimada de Berlim, por exemplo, em 1870, era de cerca de 800 mil habitantes, tendo pulado para o total de 2.064.153, em 1910.

Ao observar esses indicadores, não fica difícil admitir que a Alemanha viveu, entre 1870 e 1914, uma experiência histórica que a projetou para o mundo do capitalismo avançado. As bases de seu desenvolvimento econômico, então lançadas, iriam se revelar firmes e duradouras. Mesmo a guerra e as crises subseqüentes, com todos os seus horrores, não conseguiram anular a profundidade dessa transformação.

| As mudanças básicas na agricultura

A produção agrícola da Alemanha também sofreu grandes alterações, no período histórico aqui considerado. Em parte, algumas dessas mais significativas alterações foram decorrentes da própria industrialização do país, que acabava forçando mudanças nos outros setores da economia. Um dos aspectos mais marcantes dessa transição foi a transferência maciça da força de trabalho das áreas agrícolas para os centros industriais em crescimento. Muitos autores, de fato, tendem a considerar esse movimento de passagem dos recursos materiais e humanos, da agricultura para a indústria, como a característica mais decisiva de um processo de industrialização. Na Europa, esse movimento foi muito freqüente. Além disso, havia ainda a pressão do movimento de emigração, sobretudo em direção às Américas.

A conseqüência mais imediata desse deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades foi a escassez de mão-de-obra

para a agricultura, o que fez com que vastas extensões de terra fossem deixadas sem cultivo, sobretudo no leste do país. Com um contingente de agricultores cada vez mais reduzido, os salários do meio rural tendiam a se elevar consideravelmente, preocupando os proprietários de terras e forçando-os a pressionar o governo, no sentido de proceder a reformas urgentes nas políticas voltadas para a agricultura. Contra essa situação, que se agravava com o passar dos anos, aumentava a demanda pela proteção tarifária e pela mais rápida mecanização da agricultura (o que significava crédito para os produtores):

(...) já existem no presente largas áreas sem cultivo nas províncias do leste; lembro-vos ainda da alta taxa de emigração, observada principalmente nessas províncias, nos últimos anos, da profunda escassez de trabalho lá verificada, a qual ameaça seriamente o cultivo do solo, e da nossa incapacidade de lidar com isso, neste momento. (...) Assim, nos próximos anos, as províncias do leste, em particular, irão enfrentar grandes perigos, a não ser que medidas sejam tomadas em alguma extensão para enfrentar a escassez de trabalho, promovendo a substituição da mão-de-obra que falta por maquinaria.

(Discurso de Wilmanns no Reichstag, em 24 de junho de 1873.

Citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 187)

A ampliação do uso de máquinas agrícolas, contudo, embora fosse uma sugestão mais do que apropriada para resolver parte dos problemas da agricultura, esbarrava nas tarifas protecionistas que davam sólida cobertura à indústria de ferro. A substituição de agricultores por máquinas tornava-se, assim, bastante problemática, em decorrência do preço elevado do ferro no mercado interno alemão. Do ponto de vista dos fazendeiros, então, era necessária a abolição do protecionismo à produção de ferro, principalmente porque o seu alto grau de desenvolvimento era considerado suficiente para permitir-lhe enfrentar a concorrência estrangeira.

A situação da agricultura alemã evoluiu, durante boa parte da década de 1870, entre crises e buscas de soluções, até que se consolidou o protecionismo tarifário, a partir de 1879. No entanto, alguns problemas persistiram, sobretudo aqueles referentes à unificação da rede fluvial do país, que se pretendeu realizar por meio da construção de canais. A integração do sistema fluvial alemão, proposta pelo projeto Mittelland Kanal, em 1899, visava principalmente abrir os mercados do leste para as indústrias da Vestfália, mas recebeu veemente oposição dos fazendeiros.

Como os baixos custos do transporte fluvial podiam chegar a anular a proteção tarifária dada à agricultura (em virtude da comparação que poderia ser feita entre os preços agrícolas “elevados” e os preços industriais), os proprietários de terras temiam que a navegação fluvial integrada favorecesse a demanda pela entrada maciça de cereais estrangeiros no país, prejudicando a produção local de grãos. Desse modo, a oposição do setor agrário a qualquer tipo de incentivo à navegação interior conseguiu rejeitar integralmente o projeto do Mittelland Kanal, no Parlamento, levando a que permanecessem existindo, na prática, dois sistemas fluviais, sem comunicação entre ambos, um no leste e outro no oeste do país.

Dois feitos importantes da agricultura da Alemanha, na segunda metade do século XIX, foram ainda a ampliação do cultivo de batatas (em 1913, o país detinha a colheita de um terço da produção mundial de batatas) e a fabricação do açúcar a partir da beterraba (na virada para o século XX, os alemães já haviam abandonado por completo a importação do açúcar de cana, tornando-se grandes exportadores do açúcar de beterraba para o mercado mundial). Graças, em parte, ao incentivo das tarifas protecionistas, a produção agrícola alemã mais do que duplicou o cultivo de grãos (sobretudo trigo, centeio, cevada e aveia). Até 1914, assim, a Alemanha tinha alcançado um desenvolvimento econômico acelerado, cuja força dinâmica era de fato o crescimento industrial. Mas é importante dizer que

tal expansão encontrava-se, também, apoiada numa base agrícola muito bem consolidada.

| *Os movimentos dos trabalhadores: os sindicatos e a socialdemocracia*

O rápido progresso industrial da Alemanha, entre 1870 e 1914, produziu a generalização das relações de trabalho capitalistas. Essa transformação acelerada das condições sociais dos trabalhadores teve como uma de suas contrapartidas mais importantes o recrudescimento dos conflitos entre capital e trabalho. Um dos grandes destaques desse novo contexto político produzido pela modernização foi o aumento da importância do Partido Social Democrata Alemão. Ao seu lado, despontavam ainda os sindicatos como as principais frentes de luta dos trabalhadores, em busca de melhores condições de trabalho e de maiores salários.

O Partido Social Democrata era o principal organizador do movimento socialista na Alemanha e fazia veemente crítica à sociedade capitalista e às relações sociais implícitas em seu sistema econômico. Segundo suas convicções, a monopolização dos meios de produção por uma minoria capitalista representava o último estágio de expropriação da classe trabalhadora. Esse processo avançava cada vez mais, à medida que os pequenos e médios negócios eram suplantados pelos empreendimentos gigantescos e as ferramentas de trabalho eram substituídas pelas máquinas industriais. Em pouco tempo, a polarização social, nesse modelo socioeconômico, seria ainda maior, e mais agudo tendia a ficar o conflito entre capital e trabalho.

A eliminação das injustiças sociais provocadas pelo capitalismo só seria possível, de acordo com a interpretação dos socialdemocratas, pela supressão da propriedade privada e pela conversão dos meios de produção em propriedade comum da coletividade. Haveria, então, uma sociedade sem classes, na qual os indivíduos teriam direitos

iguais e não existiria espaço para qualquer tipo de opressão ou de exploração – o socialismo.

O Partido Social Democrata tinha forte convicção de que a transformação da ordem social capitalista e a construção de uma sociedade socialista constituíam uma tarefa política. Neste sentido, a luta da classe trabalhadora contra as injustiças do sistema capitalista passava, necessariamente, por uma ampla atuação do partido na vanguarda do movimento revolucionário. Entre suas principais obrigações estavam a conscientização e a unificação dos trabalhadores, em torno de sua missão histórica fundamental – a emancipação do proletariado.

Um dos destaques do movimento sindical alemão foi a realização do primeiro congresso dos sindicatos de trabalhadores, em 1892, com o objetivo de analisar a conduta de suas organizações e traçar estratégias para elevar o nível de coesão da classe trabalhadora. As deliberações do congresso recomendaram, em especial, a formação de confederações que agrupassem diferentes sindicatos. O critério básico para a formação desses novos agrupamentos seria a integração de sindicatos de ramos de atividades semelhantes, visando estabelecer uma ação conjunta durante greves e paralisações. A coordenação entre as diversas confederações de sindicatos seria realizada por um conselho geral, eleito a cada congresso.

O fortalecimento do movimento sindical alemão, portanto, era encarado em estreita conexão com a formação das confederações. Mais do que as reivindicações concernentes às questões trabalhistas propriamente ditas – tais como jornadas de trabalho, salários, descanso remunerado, férias e outros –, os sindicatos enxergavam como parte de sua luta em benefício da classe trabalhadora um posicionamento político mais firme, que resultasse em conquistas palpáveis no campo social. Isso envolvia sua relação com os partidos políticos, cujas propostas tendiam a incluir projetos dirigidos especificamente aos trabalhadores assalariados.

Até 1893, as relações, em geral, entre o Partido Social Democrata alemão e os sindicatos não eram as mais auspiciosas. Os sindicalistas reclamavam bastante da falta de colaboração do partido, fato que criava certa animosidade entre seus dirigentes. Foi durante a realização de uma conferência do Partido Social Democrata, na cidade de Colônia, no ano de 1893, que se firmou a aliança entre o partido e os sindicatos. Na resolução aprovada na conferência, o partido finalmente resolveu intensificar o seu apoio ao movimento sindical:

A Conferência do Partido confirmou no passado a necessidade dos sindicatos, na condução da batalha econômica, e recomendou aos seus membros um suporte efetivo ao movimento sindical, por meio da combinação de sindicatos existentes e da formação de novos sindicatos, onde não existe nenhum. (...) Esta Conferência reitera sua postura de apoio ao movimento sindical e pede a seus membros que cumpram sua tarefa de trabalhar para o reconhecimento da importância dos sindicatos, e façam o máximo para fortalecê-los.

(Discurso de J. Auer, membro da executiva do Partido Social Democrata. Citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 340)

Além dos sindicatos de orientação socialdemocrata, havia dois outros tipos de sindicatos na Alemanha, durante o período aqui analisado: os denominados Hirsch-Duncker (em homenagem a dois de seus fundadores) e os sindicatos cristãos. Para os primeiros, o princípio básico era a busca de uma elevação do padrão de vida da classe trabalhadora, sem alteração da ordem social existente. Ao contrário dos movimentos de orientação marxista, que tinham uma proposta revolucionária internacionalista, esses grupos tinham caráter essencialmente nacional e, além de buscar a justiça social sem estimular a luta de classes, procuravam promover o entendimento entre patrões e empregados. Em sua perspectiva, o Estado deveria cumprir um importante papel nessas negociações, atuando como mediador entre o capital e o trabalho:

Nós nos distinguimos dos sindicatos socialdemocratas pelo princípio de neutralidade política, pelo fato de que colocamos como base de nossa proposta, em vez da luta de classes e das demandas marxistas de socialização da propriedade, o acordo com os patrões na forma de contratos de trabalho, e porque encaramos a nação como nossa verdadeira fundação.

(Ernest Schraepfer, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 342)

Os sindicatos cristãos também não eram alinhados a partidos políticos e possuíam uma base essencialmente católica, embora algumas vezes abrigassem, em suas fileiras, membros protestantes. A melhoria do padrão de vida das classes trabalhadoras seria realizada, em sua concepção, mediante a introdução de reformas legais, condizentes com os princípios cristãos que professavam. Quando o auxílio fornecido pelas leis de proteção aos trabalhadores fosse insuficiente, os sindicatos cristãos deveriam ampará-los, utilizando recursos próprios. De maneira semelhante aos sindicatos Hirsch-Duncker, buscavam promover acordos entre patrões e empregados, pois acreditavam piamente que ambos possuíam interesses comuns.

| O Estado alemão: combate ao socialismo e reforma social

A melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras e a ampliação da legislação trabalhista foram as formas encontradas pelo Estado alemão para enfrentar o progressivo fortalecimento do Partido Social Democrata e dos sindicatos de orientação marxista, desde as décadas finais do século XIX. No entanto, o combate ao movimento socialista também foi intensificado pelo agravamento da repressão às atividades dos principais ativistas e das organizações mais importantes, em especial a partir de 1878, quando foi promulgada, na Alemanha, uma lei especificamente anti-socialista.

As determinações dessa lei específica de combate ao socialismo passaram a ser usadas pelo governo alemão, cada vez com mais fre-

qüência, sobretudo contra as greves dos trabalhadores. Entre seus principais artigos podem ser destacados: 1) as associações que buscam, de acordo com tendências socialdemocratas, socialistas ou comunistas, a destruição da ordem existente no Estado ou na sociedade, devem ser proibidas; 2) as reuniões em que aparecem tendências socialdemocratas, socialistas ou comunistas, direcionadas à destruição da ordem existente no Estado ou na sociedade, devem ser dissolvidas; 3) material impresso, no qual tendências socialdemocratas, socialistas ou comunistas aparecem, deve ser proibido; 4) o recolhimento de contribuições para o financiamento de instituições socialdemocratas, socialistas ou comunistas, assim como campanhas públicas fomentando tais contribuições, devem ser proibidos pela polícia (B. Russel, citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 389-390).

Além dessas medidas, o governo alemão também procurou converter o sistema educacional em ferramenta estratégica, para evitar a difusão das idéias socialistas e comunistas no país. Nas escolas médias e fundamentais, procurava-se inculcar nas crianças e nos jovens o temor a Deus e o amor à Pátria, de modo a criar gerações de indivíduos devotados à obediência integral aos princípios morais e éticos pregados pelos governantes. O ensino de história, por exemplo, deveria mostrar a evolução das condições das classes trabalhadoras, ao longo do século, ao mesmo tempo em que os estudantes seriam instruídos a respeito do "caráter perverso" das idéias socialdemocratas.

Os ativistas da socialdemocracia, portanto, eram vistos como os principais inimigos da nação e como a ameaça mais devastadora à ordem social existente. Com o objetivo de confrontar esse perigoso adversário, o Estado alemão julgava possuir uma tarefa de extrema importância – conscientizar os industriais quanto à necessidade de promover uma ampla melhoria no padrão de vida do proletariado. Isso significava que o Estado deveria atuar como mediador do conflito entre capital e trabalho, ao estabelecer canais de comunicação

com os operários, buscando, posteriormente, o atendimento de suas principais reivindicações, “na medida do possível”.

Ao se preparar para a criação de uma legislação trabalhista para o país, os representantes do Estado alemão preocupavam-se, também, com o ônus que algumas medidas poderiam trazer aos industriais, provocando a perda de competitividade da indústria alemã no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a partir de 1890, começaram a surgir propostas para a criação de uma legislação internacional do trabalho, que deveria ser consolidada através de acordos celebrados entre os países economicamente desenvolvidos. O quadro de agravamento dos conflitos provocados pelas classes trabalhadoras, sobretudo em defesa de suas demandas sociais e profissionais, tendeu a generalizar-se por todos os países capitalistas, forçando a convergência das decisões para melhor enfrentá-los.

Quando esse contexto internacional de mobilização trabalhista se acentuou, a partir de 1890, já haviam sido introduzidas, na Alemanha, algumas leis que visavam garantir novos benefícios aos trabalhadores. Apesar disso, o movimento socialdemocrata continuava pressionando o governo a estender e a criar novos benefícios. Na realidade, o ativismo socialista aumentou ainda mais sua própria capacidade de expansão, na medida em que, a cada nova conquista obtida por meio da luta, os trabalhadores percebiam que poderiam conseguir ainda mais vitórias. Assim, em vez de promover a acomodação da classe trabalhadora, com a concessão de vantagens trabalhistas, o paternalismo do Estado alemão acabou contribuindo para fortalecer a socialdemocracia como força vanguardista na luta política do proletariado.

O crescimento do Partido Social Democrata no cenário político da Alemanha pode ser verificado pelos números das eleições de 1881 e 1890, duas datas em que foram introduzidas algumas medidas legais de benefício e proteção aos trabalhadores do país. Na eleição de 1881, por exemplo, os socialistas receberam 312 mil

votos e conquistaram 12 cadeiras no Reichstag; em 1890, esse número subiu para 1.427.300 votos, representando a conquista de 35 novas cadeiras parlamentares.

A participação dos empregadores também seria fundamental para o alcance e a efetividade da legislação trabalhista, pois sua adesão representava a aceitação dos custos relativos dessa iniciativa, pelo menos em parte, visto que o Estado também deveria colaborar. Com o passar do tempo, muitos empresários começaram a perceber que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores poderia repercutir positivamente sobre o seu rendimento profissional, o que representava mais um estímulo para sua anuência em relação aos encargos:

As leis de seguridade têm influenciado as condições de vida das classes trabalhadoras, pois estas ficaram livres da ansiedade em caso de doença, invalidez ou acidentes. Não se pode negar que, em muitos casos, o sentimento de confiança dos trabalhadores aumentou sua produtividade e sua eficiência.

(British Parliamentary Papers, 1911.

Citado em Pollard e Holmes, 1977, p. 428)

A lei que estabelecia o auxílio em caso de doença, promulgada em 1883, cobria pessoas de ambos os sexos, menores e adultos, que estivessem empregados em todos os ramos da produção. Na mesma ocasião, foram institucionalizados três tipos de fundos para a aplicação da lei – o fundo de fábrica, o fundo comercial local e o fundo comunitário. As instituições desse tipo já existentes, fundadas antes de 1883, também foram reconhecidas legalmente, fazendo-se a ressalva de que, a partir daquele momento, os fundos antigos teriam de se adaptar às regulamentações da lei, para continuar servindo de amparo aos trabalhadores.

De imediato, muitos trabalhadores e patrões relutaram em contribuir para esses fundos, pois isso representava um gasto adicional

para ambas as partes. Essa resistência foi sendo progressivamente superada, permitindo ampla utilização desse recurso pelos grupos interessados. Em poucos anos, mais exatamente em 1889, uma nova lei que regulamentava a concessão de pensões em casos de velhice e invalidez foi aprovada no Parlamento, e começou a ser aplicada logo em seguida. Nas sucessivas reformas que a lei sofreu, aperfeiçoamentos foram introduzidos, visando atender às principais reivindicações dos trabalhadores. Na reforma de 1900, por exemplo, a pensão para a velhice, que era garantida, na lei anterior, para quem completasse 70 anos, teve o seu tempo mínimo de contribuição reduzido de 1.410 para 1.200 semanas (algo em torno de 25 anos).

Todos os trabalhadores assalariados alemães tinham direito de recorrer aos benefícios estipulados por lei, caso estivessem realmente sem condições de trabalhar para ganhar o próprio sustento. O governo tinha, inclusive, poder para estender essa legislação a pessoas que trabalhavam em casa, visto que atividades de caráter doméstico eram comuns, principalmente na manufatura de tabaco e dos têxteis. Os fundos constituídos para realizar o pagamento das pensões eram formados com a participação dos patrões, dos empregados e do Estado, como foi observado. O Estado alemão pagava ainda contribuições para quem trabalhava no exército e na marinha, e arcava com as despesas postais para o caso dos pagamentos de pensões feitos por meio do Correio Imperial.

Apesar das imperfeições e das limitações dessa legislação trabalhista que foi implantada na Alemanha, a partir das duas décadas finais do século XIX, alguns benefícios foram realmente concedidos aos trabalhadores, em escala cada vez mais crescente. Embora o índice de cobertura de benefícios, tais como auxílio-doença e pensão de invalidez e velhice, precisasse aumentar muito, a simples concessão dessas garantias para os trabalhadores pobres do país já os colocava em excepcional dianteira em relação a muitos de seus seme-

lhantes, pelo mundo afora. A própria gestão dos fundos que amparavam a classe trabalhadora, para fins de concessão dos benefícios sociais, seria significativamente aperfeiçoada, com o passar do tempo, numa tentativa sistemática de corrigir seus principais defeitos. Mas alguns dos direitos mais elementares dos trabalhadores assalariados estavam começando a se tornar consagrados.

Os partidos políticos de orientação socialista, em especial o Partido Social Democrata alemão (de todos, o mais influente), passaram a se defrontar com a dupla missão de organizar o movimento operário, em direção a conquistas cada vez mais completas dos direitos trabalhistas e sociais, e de lutar pela abertura democrática cada vez mais ampla das instituições políticas do país. Até que ponto esses dois objetivos se complementavam ou se chocavam era uma questão delicada. Por um lado, o alcance de suas plataformas políticas levou-os a conquistar um número ainda maior de representantes no Parlamento. Essas vitórias sucessivas acabaram forçando-os a se comprometer de modo ainda mais acentuado com o aprimoramento das instituições democráticas em vigor na Alemanha. Por outro lado, o intenso acirramento das lutas de classes e o seu envolvimento com a causa socialista terminaram por empurrá-los para o confronto aberto e, por fim, para o banimento político e a clandestinidade.

| *Uma síntese do desenvolvimento industrial da Alemanha, 1870-1914*

Como ficou demonstrado, a história da industrialização da Alemanha foi também a história da construção do Império Alemão e dos projetos políticos que lhe foram subjacentes. No lugar da Prússia, um entre os mais fracos Estados da Europa, surgiu, após o processo de unificação, uma "Prússia-Alemanha" que, sob a liderança de Bismarck, se tornara o mais poderoso e influente país do continente europeu. No lugar de uma economia amplamente assentada

sobre a agricultura e o artesanato, havia sido erguida uma sociedade industrial complexa, na qual os novos segmentos de ponta – como a química e a eletricidade – destacavam-se em empresas altamente qualificadas em termos técnicos e organizacionais. No meio dessas grandes transformações, mantinha-se uma estrutura política que procurava combinar, segundo critérios muito próprios, uma aristocracia agrária ainda em pleno vigor e um projeto de modernização econômica em bases capitalistas.

Esse processo de industrialização, portanto, foi o cerne de um movimento histórico dinâmico e transformador, que modificou substancialmente a natureza da sociedade alemã, nas décadas finais do século XIX. O crescimento vertiginoso de alguns indicadores elementares da produção industrial (em especial carvão, ferro e aço) refletiu esse esforço combinado, que associava o Estado e a iniciativa privada, para dotar o país de força militar e de poderio econômico. As alianças resultantes desse modelo de desenvolvimento acabaram por reforçar a dominação política da aristocracia prussiana (que havia liderado o processo de unificação), atraindo para junto dela os grupos empresariais mais poderosos – tanto da indústria quanto dos bancos.

O mesmo vínculo estreito entre interesses políticos e econômicos, que contribuiu para lançar uma legislação trabalhista avançada, a fim de combater o crescimento dos sindicatos e dos partidos de orientação socialista, também colaborou para arrastar os dirigentes alemães para a aventura desastrosa da guerra. Suas ambições militares e territoriais trariam implicações bastante danosas para o futuro mais imediato do país. A Primeira Guerra Mundial e os tratados de paz que sacramentaram o seu fim acabaram comprometendo, pelas décadas subseqüentes e de modo dramático, o seu próprio desenvolvimento.

Apesar disso, o poderio alemão não foi derrotado, de fato, nas duas guerras mundiais do século XX. A capacidade de ação e de or-

ganização do setor privado foi fundamental para promover a rápida recuperação do país, após sucessivos desastres políticos e militares. Ainda que tenha contado com generosa ajuda proveniente do exterior, a Alemanha possuía, também, os seus próprios atributos interiores, entre os quais se destacavam a energia de seu empresariado e a capacidade de trabalho de seus trabalhadores. Quando as condições básicas de normalidade democrática foram restauradas, após 1945, foi justamente sobre essa base econômica e social que voltou a se erguer a prosperidade do país. E as suas origens estiveram marcadas, de fato, no período histórico aqui analisado, quando então se lançaram os fundamentos mais decisivos do capitalismo alemão.